



DESAFIOS EDUCACIONAIS DA JUVENTUDE
DA REGIÃO SERRANA FLUMINENSE

PROJETO DE PESQUISA

OS DESAFIOS DO ENSINO MÉDIO PARA JOVENS DA REDE PÚBLICA DA REGIÃO SERRANA FLUMINENSE

GLOSSÁRIO DA PESQUISA

ABANDONO ESCOLAR E EVASÃO ESCOLAR

O abandono escolar refere-se à interrupção dos estudos por parte do aluno sem a conclusão do curso ou série ou à situação em que o aluno deixa de frequentar as aulas, mas ainda mantém sua matrícula ativa. O abandono escolar refere-se à interrupção da trajetória educacional do aluno, sem que ele tenha concluído o curso ou a etapa. É caracterizado quando o estudante deixa a escola sem a intenção de retornar. A evasão escolar quando não há matrícula do aluno registrada nos Censos Escolares, nos anos subsequentes ao que ele frequentou.

ABSENTEÍSMO ESCOLAR

O absentismo escolar refere-se à ausência frequente e injustificada de estudantes nas escolas. Em outras palavras, o absentismo escolar ocorre quando os alunos faltam às aulas de forma regular, sem motivo justificado. Essa métrica é importante para avaliar a frequência e a regularidade dos estudantes no ambiente escolar, fornecendo informações úteis sobre o engajamento dos alunos nas atividades educacionais. O absentismo escolar refere-se à ausência frequente do aluno nas aulas, sem necessariamente abandonar a escola. O estudante pode estar matriculado, mas sua presença é irregular. O absentismo pode ser causado por diversos fatores, incluindo problemas de saúde, falta de motivação, dificuldades de aprendizagem, entre outros. O absentismo escolar é

a ausência frequente nas aulas sem necessariamente abandonar a instituição de ensino.

ANÁLISE COMPARATIVA

A análise comparativa proporciona uma abordagem sistemática para avaliar diferenças e semelhanças entre variáveis, fenômenos ou grupos, ou mesmo a comparação de dados para identificar padrões. Trata-se de um método que busca compreender as relações entre elementos distintos, destacando padrões, tendências e peculiaridades. É frequentemente utilizada para elucidar diferenças significativas entre grupos experimentais, identificar fatores de influência e auxiliar na interpretação dos resultados obtidos, proporcionando uma estrutura analítica que permite uma compreensão mais profunda dos dados coletados. É uma ferramenta valiosa na pesquisa, proporcionando uma abordagem sistemática e estruturada para explorar as relações entre variáveis e contribuindo para uma compreensão mais aprofundada dos fenômenos investigados, considerando o contexto e as limitações do estudo, garantindo uma interpretação precisa e robusta dos dados comparativos.

ANÁLISE MULTIVARIADA

A análise multivariada é uma abordagem analítica avançada que lida com a análise simultânea de múltiplas variáveis interdependentes. Ela é empregada quando se busca compreender as relações complexas entre diferentes elementos, identificando padrões, tendências e correlações que podem não ser evidentes em análises univariadas. O principal objetivo da análise multivariada é explorar a interação entre variáveis, permitindo uma compreensão mais profunda e abrangente dos fenômenos estudados. Isso é particularmente útil em contextos nos quais variáveis isoladas não conseguem capturar a complexidade do sistema em análise. Ao empregar a análise multivariada, os pesquisadores podem obter uma visão mais holística e integrada dos fenômenos estudados, o que pode ser crucial para a formulação de conclusões robustas e a tomada de decisões embasadas em dados. Uma análise multivariada amplia a capacidade de extrair informações significativas a partir de conjuntos de dados complexos, contribuindo para avanços significativos em diversas áreas de pesquisa.

ANÁLISE TRIANGULAR (triangulação analítica)

A análise triangular é uma abordagem metodológica utilizada em pesquisas qualitativas para garantir a validade e a confiabilidade dos dados coletados. O termo "triangular" refere-se à utilização de três fontes diferentes de dados, que podem incluir observação direta, entrevistas, questionários, análise documental, grupos focais, dentre outros métodos. Ao comparar e contrastar os dados provenientes dessas diferentes fontes, os pesquisadores podem obter uma compreensão mais abrangente e aprofundada do fenômeno em estudo. A análise triangular também permite a triangulação, ou seja, a confirmação das

descobertas através de múltiplos ângulos, o que fortalece a validade dos achados. Essa abordagem é amplamente utilizada em estudos qualitativos nas áreas de ciências sociais, educação e saúde, entre outras. Ao combinar essas diferentes abordagens, os pesquisadores buscam reduzir possíveis vieses e aumentar a confiabilidade das conclusões alcançadas. Ao integrar diversas perspectivas e fontes, os pesquisadores podem identificar padrões, contradições e nuances que não seriam evidentes ao se utilizar apenas uma única abordagem. Essa abordagem metodológica é particularmente útil em pesquisas qualitativas, nas quais se busca compreender a complexidade de um fenômeno social, psicológico ou cultural. Ao adotar a análise triangular, os pesquisadores têm a oportunidade de aprofundar sua compreensão do tema, garantindo uma base sólida para suas conclusões e contribuindo para a robustez do conhecimento científico.

BAIRRO

Um bairro é uma divisão geográfica e administrativa de uma cidade ou município, caracterizada por uma área residencial ou comercial com uma identidade própria. Geralmente, os bairros são delimitados por características físicas, como ruas, avenidas, rios ou outros elementos geográficos. Eles podem variar em tamanho e densidade populacional, e cada um muitas vezes possui suas próprias características distintas, como infraestrutura, cultura, história e estilo arquitetônico. Os bairros desempenham um papel fundamental na organização urbana, proporcionando um senso de comunidade e identidade para os residentes. Além disso, podem oferecer diferentes serviços, como escolas, parques, mercados locais e outras comodidades que atendem às necessidades específicas da população local. A dinâmica de um bairro é influenciada por fatores sociais, econômicos e culturais, moldando assim sua personalidade única dentro do contexto mais amplo da cidade.

BUSCA ATIVA DE ESTUDANTES

A Busca Ativa Escolar é uma estratégia composta por uma metodologia social e uma ferramenta tecnológica disponibilizadas gratuitamente para estados e municípios. Ela foi desenvolvida pelo UNICEF, em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e com apoio do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems). A intenção é apoiar os governos na identificação, registro, controle e acompanhamento de crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de evasão. Por meio da Busca Ativa Escolar, municípios e estados têm dados concretos que possibilitarão planejar, desenvolver e implementar políticas públicas que contribuam para a garantia de direitos de meninas e meninos. A Busca Ativa Escolar reúne representantes de diferentes áreas – Educação, Saúde, Assistência Social e Planejamento, fortalecendo, dessa forma, a rede de proteção social dos estudantes. Cada secretaria e profissional tem um papel específico, que vai desde a identificação de uma criança ou adolescente

fora da escola ou em risco de abandono, até a tomada das providências necessárias para seu atendimento nos diversos serviços públicos, sua (re)matrícula e sua permanência na escola. A Busca Ativa é parte de políticas públicas para combater a evasão escolar e promover a inclusão de crianças e adolescentes na escola. É uma abordagem proativa que envolve a mobilização de diferentes setores da sociedade para garantir que nenhum estudante seja deixado de fora do sistema educacional.

CIDADE E MUNICÍPIO

Um município é uma unidade administrativa que possui autonomia política e administrativa para gerir os seus próprios assuntos, como arrecadação de impostos, serviços públicos, planejamento urbano, entre outros. Por outro lado, uma cidade é um centro urbano caracterizado pela concentração de habitantes, atividades comerciais, culturais e sociais. Nem todos os municípios são cidades, pois um município pode incluir áreas rurais e urbanas, enquanto uma cidade é especificamente uma área urbana densamente povoada. Um município refere-se à estrutura administrativa e política, enquanto uma cidade se refere ao aspecto urbano e populacional. A diferença entre cidade e município encontra-se, basicamente, no fato de um ser um conceito referente à ocupação humana e o outro estar associado à delimitação territorial por meio de divisas. O município é uma divisão legalmente realizada de um território. São as várias partes que compõem um mesmo estado. Podemos dizer que todo e qualquer lugar do Brasil, independentemente de seus domínios, está localizado dentro de uma área municipal, que é administrada por uma prefeitura. A cidade é a área urbana de um município, e não qualquer área urbanizada, mas sim aquela delimitada por um perímetro urbano, que também é legalmente estabelecido e separa a cidade do campo. O município é composto pelo campo (área rural) e pela cidade (área urbana). Além disso, ele também pode conter outras cidades menores além de seu distrito-sede que não possuem autonomia política suficiente para emanciparem-se. Essas pequenas aglomerações geralmente recebem o nome de distritos, vilas, povoados e outros.

COMUNIDADE ESCOLAR

A comunidade escolar refere-se ao conjunto de pessoas que compõem e influenciam o ambiente educacional de uma instituição de ensino. Essa comunidade é formada por alunos, professores, funcionários, pais e responsáveis, além de outros colaboradores e membros da sociedade local. O conceito destaca a interação e colaboração entre esses grupos, visando a construção de um ambiente educativo saudável e produtivo. A participação ativa da comunidade escolar é fundamental para o sucesso do processo educacional. Estudantes, professores e pais podem trabalhar em conjunto para promover um ambiente de aprendizado positivo, incentivando o desenvolvimento educacional, social e emocional dos estudantes. A comunidade escolar também desempenha um papel importante no apoio às iniciativas da escola, participando de eventos, reuniões e contribuindo para a construção de uma cultura educacional forte. A colaboração entre todos os membros da

comunidade escolar não apenas melhora a qualidade do ensino, mas também fortalece os laços sociais e promove um senso de pertencimento. Dessa forma, o conceito de comunidade escolar destaca a importância da parceria e cooperação para alcançar objetivos educacionais comuns e garantir um ambiente propício ao desenvolvimento integral dos estudantes.

DESAFIOS

Desafios referem-se a situações ou problemas que exigem esforço, habilidade e superação para serem resolvidos. Os desafios podem variar em escala e complexidade, indo desde tarefas diárias até metas mais ambiciosas, e sua superação geralmente implica em um processo de superação de dificuldades e adaptação às circunstâncias. Podem ser encontrados em diversos contextos, como no trabalho, na educação, nos esportes, nas relações pessoais, entre outros. Enfrentar desafios pode proporcionar crescimento pessoal, desenvolvimento de habilidades, superação de limites e conquista de metas. Os desafios também podem ser vistos como oportunidades de aprendizado e aprimoramento, estimulando a criatividade e a busca por soluções inovadoras. Os desafios são elementos que fazem parte da vida e que podem impulsionar o indivíduo a se superar e alcançar novos patamares de realização pessoal e profissional.

DEFILIAÇÃO ESCOLAR

A desfiliação, de acordo com o sociólogo Robert Castel, é um conceito que amplia o conceito de exclusão social. Refere-se à fragmentação das relações sociais, à desconexão dos indivíduos em relação às instituições sociais, como o trabalho, a família e a comunidade e, não é apenas uma questão econômica, mas também uma questão de desvinculação das estruturas de proteção social. É um processo social ligado à experiência de desligamento, à desintegração dos laços sociais que muitos indivíduos vivenciam, especialmente aqueles que enfrentam condições de precariedade e marginalização na sociedade, levando os indivíduos a se sentirem isolados e desprotegidos. A desfiliação pode gerar sentimento de insegurança, impactando a saúde mental e o bem-estar dos indivíduos. Do ponto de vista da instituição escolar, a desfiliação refere-se ao processo pelo qual os estudantes, muitas vezes de grupos sociais marginalizados, se afastam ou são excluídos do sistema educacional. Não se limita apenas à ausência física da escola, mas também envolve uma desconexão mais ampla que afeta a identidade e o pertencimento social dos indivíduos e à proteção social vinculada ao universo escolar. O termo “desfiliação escolar” amplia a expressão “evasão escolar”, a qual atribui culpa aos sujeitos por não concluírem seus estudos, sugerindo que têm a capacidade de deliberar e escolher seu destino educacional. Portanto, podemos compreender a “desfiliação escolar” como a interrupção de laços sociais entre os indivíduos e o universo escolar. Essa abordagem ressalta não apenas a perda do acesso ao direito educacional institucionalizado, mas também a desconexão de uma rede de sociabilidade previamente estabelecida

no contexto escolar. O conceito de desfiliação escolar oferece uma lente analítica para compreender as complexidades das relações entre educação, exclusão social e estruturação de desigualdades socioeconômicas e culturais, resultando em consequências negativas para o seu desenvolvimento e integração dos estudantes na sociedade.

DIÁLOGOS PARTICIPATIVOS

Refere-se a um processo de interação e troca de ideias entre diferentes partes interessadas ou membros de uma comunidade. Essa abordagem busca envolver ativamente os participantes no processo de tomada de decisões, promovendo a inclusão de diversas perspectivas e garantindo que as opiniões de todos sejam consideradas. No contexto de diálogo participativo, as pessoas são incentivadas a contribuir com suas experiências, conhecimentos e pontos de vista, criando assim um ambiente mais inclusivo e democrático. Essa prática pode ser aplicada em várias áreas, como governança, desenvolvimento comunitário, resolução de problemas e planejamento estratégico. O diálogo participativo envolve a criação de espaços e mecanismos nos quais os participantes se sintam confortáveis para expressar suas opiniões e discutir questões relevantes. Essa abordagem visa promover a colaboração e o entendimento mútuo, facilitando a busca por soluções que atendam aos interesses coletivos. Essa metodologia valoriza a diversidade de perspectivas, reconhecendo que diferentes grupos e indivíduos podem ter experiências e necessidades únicas. Dessa forma, o diálogo participativo busca evitar a exclusão de vozes marginalizadas ou minoritárias, promovendo uma sociedade mais justa e equitativa.

DISTRITOS

Os distritos são subdivisões territoriais que compõem a estrutura municipal, podem ser áreas urbanas ou rurais, geralmente estabelecidos para facilitar a administração local e atender às necessidades específicas de determinadas regiões, muitas vezes utilizada para fins de organização e gestão. Os distritos são subdivisões de municípios e distritos são subdivisões de municípios, sendo áreas menores que compõem uma cidade ou vila. Cada distrito pode ter suas próprias características e peculiaridades, embora esteja sob a jurisdição do governo municipal.

ECOLOGIA DOS SABERES E PROCESSO DE TRADUÇÃO

O conceito de "ecologia do conhecimento" foi introduzido pelo filósofo francês Edgar Morin, conhecido por suas contribuições para a teoria da complexidade e por sua abordagem interdisciplinar no estudo dos sistemas complexos. A ideia por trás da "ecologia do conhecimento" é a de considerar o conhecimento como um ecossistema, onde as diferentes formas de conhecimento interagem e influenciam umas às outras, assim como os elementos de um ecossistema natural. Morin propôs essa abordagem para destacar a interconexão e a interdependência das diferentes formas de conhecimento na compreensão do

mundo. O conceito "ecologia dos Saberes" é um conceito desenvolvido pelo sociólogo Boaventura de Sousa Santos que visa promover o diálogo entre vários saberes que podem ser considerados úteis para o avanço das lutas sociais pelos que nelas intervêm. Essa abordagem busca reconhecer e integrar diferentes formas de conhecimento, valorizando a diversidade de saberes presentes na sociedade. A ideia é que o conhecimento não seja monopolizado por uma única perspectiva, mas sim enriquecido pela inclusão de diferentes pontos de vista, experiências e tradições culturais, propondo uma abordagem mais inclusiva e participativa, promovendo o diálogo entre conhecimentos científicos, populares, indígenas e outros, reconhecendo a validade e a importância de cada um deles. Essa perspectiva busca superar hierarquias tradicionais de conhecimento e valorizar a pluralidade de formas de compreender o mundo. O ato de traduzir, nesse contexto, é visto como uma prática que pode contribuir para a construção de pontes entre diferentes formas de saber, reconhecendo a diversidade de formas de conhecimento e promovendo um diálogo intercultural mais inclusivo e respeitoso.

EDUCAÇÃO BÁSICA

A Educação Básica no Brasil compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. É um direito garantido pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96. 1) A **Educação Infantil** é destinada a crianças de 0 a 5 anos, é a primeira etapa da Educação Básica e tem caráter educacional e busca o desenvolvimento integral da criança, respeitando suas características, potencialidades e limitações; 2) **Ensino Fundamental** é obrigatório para crianças de 6 a 14 anos, compreende nove anos de escolaridade, sendo dividido em duas etapas (Fundamental 1 e 2): anos iniciais (Fundamental 1: 1º ao 5º ano) e anos finais (Fundamental 2: 6º ao 9º ano) e busca proporcionar a formação básica, o desenvolvimento do pensamento crítico e a preparação para a cidadania; e 3) **Ensino Médio**, voltado para adolescentes com idade entre 15 e 17 anos, com duração mínima de três anos e tem o objetivo de aprofundar o conhecimento adquirido no ensino fundamental e preparar o estudante para o ensino superior ou o mercado de trabalho.

EDUCAÇÃO PARA JOVENS E ADULTOS (EJA)

A EJA, no Brasil, é uma modalidade de ensino voltada para pessoas que não tiveram acesso ou não concluíram seus estudos na idade regular. Ela visa atender jovens e adultos, proporcionando oportunidades de aprendizado ao longo da vida. A EJA destina-se principalmente a jovens e adultos que não concluíram o ensino fundamental ou médio na idade apropriada. Para o EJA Ensino Fundamental, por exemplo, a idade é de pelo menos 15 anos completos. Já para o EJA Ensino Médio, será necessário ser maior de 18 anos e ter concluído o Ensino Fundamental. O EJA é dividido em módulos que correspondem aos anos de Ensino Fundamental e Médio das escolas regulares. Caso o aluno não saiba ler e não tenha iniciado os estudos quando criança, pode

ser feito o encaminhamento para programas de alfabetização de adultos que integrem o conteúdo programático dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º a 5º ano). Este período de aprendizagem dura em torno de 2 anos. O EJA Ensino Fundamental (Anos Finais) possui uma duração de, em média, dois anos e meio. O conteúdo ensinado é o referente ao aprendizado do 6º ao 9º ano nas escolas regulares. Por fim, é oferecido o EJA Ensino Médio, com duração média entre um ano e meio a dois anos. O EJA oferece a opção de cursar tanto de forma presencial quanto a distância. Na modalidade presencial, o funcionamento é semelhante ao modelo tradicional das escolas, onde os estudantes devem comparecer diariamente às aulas, com uma carga horária de quatro horas por dia, em horário noturno. Isso permite que os estudantes conciliem os estudos com suas responsabilidades familiares, profissionais e pessoais. Apesar dos esforços, a EJA enfrenta desafios como a evasão escolar e a necessidade de adaptação contínua para atender às demandas específicas desse público diversificado.

EMANCIPAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA

Emancipação social e econômica refere-se ao processo de libertação e autonomia das pessoas em relação às restrições sociais e econômicas que as impedem de alcançar seu pleno potencial. No contexto social, a emancipação envolve a conquista de direitos iguais, justiça social e empoderamento das minorias e grupos marginalizados. Envolve a superação de discriminações, preconceitos e estruturas hierárquicas que impedem o pleno desenvolvimento e participação das pessoas na sociedade. Já no âmbito econômico, a emancipação envolve a criação de oportunidades econômicas, acesso a empregos dignos, desenvolvimento de habilidades e capacidades empreendedoras, bem como a redução das disparidades de renda e riqueza. Está relacionada à capacidade das pessoas de se sustentarem financeiramente, ter acesso aos equipamentos coletivos, oportunidades de trabalho digno, educação e recursos para melhorar sua condição de vida. Isso inclui a superação de condições de pobreza, exploração e desigualdade econômica. A emancipação social e econômica busca eliminar as desigualdades e criar condições para que todos os indivíduos tenham liberdade, dignidade e oportunidades para prosperar, buscando a construção de uma sociedade mais inclusiva e efetivamente democrática.

EMOÇÃO/AFETO

Emoção e afeto são componentes fundamentais da experiência humana. Emoção refere-se a estados psicológicos e fisiológicos que surgem em resposta a estímulos internos ou externos. A emoção refere-se a respostas psicofisiológicas complexas a estímulos internos ou externos que têm significado pessoal para um indivíduo. Ela envolve uma reação subjetiva, geralmente acompanhada de mudanças no estado de ânimo, expressões faciais, padrões de pensamento e comportamento. As emoções podem variar amplamente, incluindo sentimentos como alegria, tristeza, raiva, medo e surpresa. Afeto, por outro lado, é a

expressão ou manifestação externa das emoções. Envolve a forma como as emoções são demonstradas através de comportamentos, expressões faciais e linguagem corporal. O afeto refere-se ao componente mais duradouro e estável das emoções. É uma expressão geral para os sentimentos ou estados emocionais que uma pessoa experimenta. Enquanto as emoções são mais intensas e efêmeras, o afeto é uma disposição emocional mais persistente. Pode ser positivo, como o amor e a felicidade, ou negativo, como o desgosto e a tristeza. O afeto contribui para a complexidade da vida emocional e influencia a forma como as pessoas interagem umas com as outras. Emoção se refere aos estados internos, enquanto o afeto está relacionado com a expressão externa desses estados. Ambos desempenham um papel crucial na comunicação, tomada de decisão e nas interações sociais. Em contraste com as emoções que estão ligadas ao sujeito físico, o afeto compreende a relação com os outros e o ser afetado na e a partir da relação. Os afetos também existem na interação do sujeito com os espaços, os territórios e as instituições.

ENSINO FUNDAMENTAL

O Ensino Fundamental no Brasil é uma etapa da educação básica destinada a crianças e adolescentes com idades entre 6 e 14 anos. Essa fase compreende nove anos de escolaridade, do 1º ao 9º ano, e é obrigatória para todos os brasileiros nessa faixa etária. Durante o Ensino Fundamental, os alunos estudam diversas disciplinas, incluindo Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Educação Física, Artes e Língua Estrangeira (geralmente, inglês). O currículo é estabelecido pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que define os conhecimentos e habilidades essenciais que os alunos devem adquirir em cada etapa da educação básica. O principal objetivo do Ensino Fundamental é proporcionar uma formação básica e abrangente, desenvolvendo habilidades cognitivas, sociais e emocionais. Além disso, busca-se estimular o pensamento crítico, a criatividade e o espírito investigativo. O período contribui para a construção dos alicerces do conhecimento, preparando os estudantes para etapas educacionais mais avançadas. É importante ressaltar que o Ensino Fundamental é um direito garantido pela Constituição brasileira, e o acesso e permanência na escola são fundamentais para o pleno desenvolvimento dos jovens. O Ministério da Educação (MEC) e as Secretarias de Educação dos estados e municípios são responsáveis por promover políticas e diretrizes para garantir a qualidade do ensino nessa etapa.

ENSINO MÉDIO

O Ensino Médio no Brasil é a etapa final da Educação Básica, compreendendo os anos finais da educação formal antes do ingresso no ensino superior ou no mercado de trabalho. Este nível de ensino é voltado para jovens, geralmente na faixa etária de 15 a 17 anos. O Ensino Médio no Brasil é composto por três anos letivos, e sua estrutura curricular é dividida em áreas de conhecimento, tais como Linguagens e Códigos, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas. Além disso, é obrigatório o ensino de disciplinas como Português, Matemática, História, Geografia, Física, Química, Biologia, entre outras. A Lei

de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelece as diretrizes para o Ensino Médio, e recentemente houve mudanças significativas com a aprovação da Reforma do Ensino Médio em 2017. Essa reforma flexibilizou a grade curricular, permitindo que os estudantes escolham parte das disciplinas de acordo com seus interesses e projetos de vida. O currículo do Ensino Médio busca preparar os jovens para a vida adulta, desenvolvendo habilidades cognitivas, socioemocionais e técnicas. Além disso, é um período crucial para a preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), porta de entrada para o ensino superior no Brasil. O Ensino Médio enfrenta desafios, como a evasão escolar, a falta de estrutura em algumas instituições e a necessidade de proporcionar uma educação mais alinhada às demandas contemporâneas. O debate sobre a melhoria do Ensino Médio no Brasil tem sido contínuo, visando garantir uma formação mais completa e adequada aos desafios do século XXI.

ENSINO MÉDIO TÉCNICO E PROFISSIONALIZANTE

O ensino técnico e profissionalizante do ensino médio é uma modalidade de educação que combina o ensino médio tradicional com a formação técnica e profissional. A principal característica do ensino técnico e profissionalizante é a ênfase na formação prática e no desenvolvimento de competências relacionadas a uma determinada área profissional. Os estudantes têm a oportunidade de adquirir conhecimentos teóricos, mas também participam de atividades práticas, estágios e projetos que os preparam para desafios reais no ambiente de trabalho. O objetivo é preparar os estudantes para o mercado de trabalho, fornecendo habilidades práticas e conhecimentos específicos em determinadas áreas, como eletrônica, informática, mecânica, entre outras. Este tipo de ensino oferece aos alunos a oportunidade de adquirir uma formação mais especializada e direcionada para uma futura carreira, além de possibilitar uma transição mais suave para o mercado de trabalho ou para estudos superiores. No Brasil, o ensino técnico e profissionalizante do ensino médio é oferecido em instituições específicas, como as Escolas Técnicas (ETECs) e os Institutos Federais, e tem se mostrado uma opção valiosa para os estudantes que desejam ingressar no mercado de trabalho com uma formação sólida e qualificada. Essa modalidade de ensino busca atender às demandas do mercado de trabalho, fornecendo profissionais qualificados em setores específicos. Além disso, busca proporcionar uma transição mais suave da educação para a carreira, permitindo que os estudantes desenvolvam habilidades práticas e se tornem mais competitivos no mercado de trabalho. Ele desempenha um papel importante na diversificação das opções educacionais, atendendo às necessidades de diferentes perfis de estudantes e contribuindo para o desenvolvimento econômico do país.

ENSINO MÉDIO DIRECIONADO AO ENSINO SUPERIOR

O Ensino Médio direcionado ao Ensino Superior é a etapa final da educação básica, que tem como objetivo preparar os estudantes para ingressar no ensino superior. Durante o Ensino Médio, os alunos devem receber uma formação mais aprofundada em diversas disciplinas, incluindo Português, Matemática, Ciências, História, Geografia, entre outras, desenvolvem habilidades de

pensamento crítico, análise e argumentação, sendo preparados para os desafios acadêmicos que encontrarão no ensino superior. O Ensino Médio direcionado ao Ensino Superior deve orientar os alunos na escolha de suas futuras carreiras, fornecendo informações sobre as diferentes áreas de conhecimento, mercado de trabalho e possibilidades de formação acadêmica. O objetivo principal desse nível de ensino é proporcionar uma base sólida de conhecimentos e habilidades, além de desenvolver competências que serão fundamentais para o sucesso acadêmico no Ensino Superior. Os estudantes precisam ser expostos a uma gama mais ampla de conteúdos e conceitos, permitindo-lhes escolher áreas de especialização de acordo com seus interesses e aptidões. Durante o Ensino Médio, também é comum que os alunos se preparem para exames de vestibulares e/ou o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que são ferramentas importantes para o ingresso em instituições de ensino superior no Brasil.

ENSINO SUPERIOR

O Ensino Superior refere-se ao nível educacional que vem após a conclusão do Ensino Médio e compreende cursos oferecidos por instituições como universidades, faculdades e institutos superiores. Essa etapa da educação tem como objetivo fornecer um conhecimento mais aprofundado e especializado em diversas áreas de estudo, preparando os alunos para carreiras específicas ou para a pesquisa acadêmica. No Brasil, o Ensino Superior é geralmente dividido em graduação e pós-graduação. A graduação inclui cursos de bacharelado, licenciatura e tecnólogo, enquanto a pós-graduação abrange programas de especialização, mestrado e doutorado. Durante o Ensino Superior, os estudantes têm a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos em uma disciplina específica, realizar pesquisas acadêmicas, participar de estágios práticos e desenvolver habilidades profissionais. A obtenção de um diploma de Ensino Superior é frequentemente vista como um requisito para muitas profissões e carreiras mais especializadas, contribuindo para o desenvolvimento pessoal e profissional dos indivíduos. O Ensino Superior desempenha um papel crucial na formação de profissionais qualificados e na produção de conhecimento que beneficia a sociedade como um todo.

ESPAÇO

O espaço pode ser físico, como o espaço geográfico, ou conceitual, como o espaço social e cultural. Pode incluir áreas físicas, como o espaço sideral, a terra, a atmosfera e, incluir outras dimensões não físicas, como o espaço cibernético, como também pode ser usado de forma mais ampla para descrever a extensão ou intervalo de algo. No entanto, o espaço é uma noção mais abrangente e pode se referir a uma extensão que não está necessariamente sob controle ou delimitada por fronteiras políticas. Por exemplo, fala-se em "espaço urbano" para descrever a área de uma cidade ou "espaço cultural" para referir-se ao ambiente cultural de uma sociedade. É um conceito mais amplo e dinâmico do que a simples extensão física. O conceito de espaço está associado à dinâmica e à complexidade das relações e interações humanas que ocorrem dentro desse

espaço. Ele é percebido como um campo de forças em constante transformação, moldado pelas interações sociais, culturais e econômicas, envolvendo atribuições de sentidos cotidianos comuns e o tempo na vida social/cotidiana, com o propósito de identificar alguns vínculos materiais existentes entre processos político-econômicos e culturais. O espaço não está necessariamente vinculado a uma autoridade política ou controle, como o território é. Pode ser mais um conceito físico e matemático do que uma área delimitada por fronteiras, à extensão tridimensional na qual os eventos ocorrem e os objetos têm posição e direção e é construído historicamente por cada sociedade. Encontra-se em permanente processo de transformação, sendo produzido social e historicamente. O espaço refere-se

ESPAÇO LIMÍTROFE ENTRE RURAL E URBANO

É uma proximidade geográfica e fronteiriça. O termo "espaço limítrofe" geralmente se refere a áreas próximas a uma fronteira ou limite, indicando proximidade física ou geográfica. Pode ser utilizado em diversos contextos, como fronteiras entre países, estados, territórios ou regiões. Portanto o espaço limítrofe entre o rural e o urbano é uma fronteira entre os dois ou a zona de transição entre esses dois espaços distintos.

ESPAÇO HÍBRIDO ENTRE O RURAL E O URBANO

O espaço híbrido entre o rural e o urbano envolve a combinação de diferentes elementos ou características em um único espaço. Refere-se a um espaço que incorpora elementos ou características de diferentes naturezas, originando uma mistura ou combinação. Esse conceito é frequentemente usado em áreas como arquitetura, design urbano, tecnologia e cultura, indicando a fusão de diferentes influências ou tipos de elementos. sistemas de propulsão que combinam duas ou mais fontes de energia de ambos os espaços (rural e urbano), que combinam características de diferentes tipos de ambientes ou funções.

EVASÃO ESCOLAR

A evasão escolar é um termo mais abrangente que considera diversas formas de saída do aluno do sistema educacional, sem ter concluído a série ou curso em que estava matriculado. A situação em que o estudante, seja reprovado ou aprovado, não efetua a matrícula para dar continuidade aos estudos no ano seguinte também é entendida como evasão escolar. Isso pode ocorrer por diversos motivos, como problemas familiares, econômicos, sociais ou educacionais. A evasão não implica necessariamente o abandono definitivo; o aluno pode retornar à escola após um período de ausência. A evasão escolar é a saída temporária ou prolongada do aluno da escola. Para efeitos comparativos entre evasão escolar e abandono escolar: é considerada evasão escolar quando o estudante não efetua a matrícula para dar continuidade aos estudos no ano seguinte e, portanto, não há matrícula do registrada nos Censos Escolares nos

anos subsequentes ao que ele frequentou. E abandono escolar é quando um estudante deixa de frequentar as aulas, durante o ano letivo, sem terminar uma determinada série ou não concluir o ano letivo.

EXPECTATIVAS

Expectativa refere-se à antecipação ou previsão sobre algo que se espera que aconteça no futuro. É a crença ou a esperança de que algo específico acontecerá no futuro, muitas vezes baseada em experiências passadas, informações disponíveis ou simplesmente em desejos e esperanças. É uma percepção subjetiva que uma pessoa tem em relação ao que ela acredita que acontecerá ou ao que ela espera que ocorra em determinada situação. A expectativa pode abranger uma variedade de áreas, como expectativas em relação a eventos sociais, desempenho educacional, resultados profissionais, relacionamentos pessoais, entre outros. É uma componente psicológica importante que influencia o modo como as pessoas se preparam e reagem a diferentes situações em suas vidas. No contexto das expectativas de jovens, isso envolve as previsões, aspirações e desejos que os jovens têm em relação ao seu futuro pessoal, profissional e social. Essas expectativas podem abranger uma variedade de áreas, como educação, carreira, relacionamentos, estilo de vida e conquistas pessoais. As expectativas de jovens são influenciadas por diversos fatores, incluindo a cultura em que estão inseridos, as oportunidades disponíveis, as experiências vividas, as influências familiares e sociais, entre outros. Muitas vezes, os jovens estão em um estágio da vida em que estão explorando possibilidades, definindo metas e buscando alcançar seus objetivos. É importante notar que as expectativas de jovens podem variar significativamente de uma pessoa para outra, refletindo a diversidade de perspectivas, valores e aspirações presentes na juventude. Compreender e apoiar as expectativas dos jovens é fundamental para criar ambientes favoráveis ao desenvolvimento pessoal e profissional dessa fase da vida.

FAMÍLIA

A família é uma unidade fundamental da sociedade, composta por indivíduos relacionados por laços de parentesco, amor e cuidado mútuo. Ela desempenha um papel crucial na formação e desenvolvimento das pessoas, fornecendo apoio emocional, social, econômico e cultural. A família pode assumir diferentes formas e estruturas, incluindo pais e filhos, avós, tios, primos, entre outros. Além disso, a família é o principal contexto para a transmissão de valores, tradições e normas culturais, desempenhando um papel central na socialização das gerações mais jovens. A importância da família é reconhecida em diversas culturas ao redor do mundo, sendo considerada como um pilar fundamental para o bem-estar e a estabilidade das comunidades. Do ponto de vista conceitual, a família é um espaço onde os membros compartilham afeto, valores, responsabilidades e apoio mútuo. Ela pode assumir diversas formas e estruturas, adaptando-se às mudanças sociais e culturais ao longo do tempo. Além dos laços biológicos, a família também pode ser construída por meio de adoção, formando uma base importante para a criação e socialização de

crianças. A dinâmica familiar varia amplamente, mas muitas famílias desempenham papéis essenciais na transmissão de tradições, educação, cuidado e suporte emocional. A compreensão conceitual da família também leva em consideração as influências culturais, históricas e sociais que moldam suas funções e significados ao longo das gerações. Suas formas podem variar amplamente de acordo com as culturas e sociedades: 1) Família Nuclear: Consiste em pais e filhos biológicos ou adotivos vivendo juntos em uma unidade familiar; 2) Família Extensa: Inclui membros da família nuclear e outros parentes, como avós, tios, tias e primos, que podem viver juntos ou em proximidade. 3) Família Monoparental: Formada por um único pai ou mãe com seus filhos; 4) Família Reconstruída: Surgida a partir de um novo casamento ou relacionamento de um ou ambos os pais, com filhos de casamentos anteriores; 5) Família Homoafetiva: Composta por casais do mesmo sexo que decidem formar uma família, seja por adoção, reprodução assistida ou outras formas; 6) Família Adotiva: Inclui pais que adotam crianças e formam uma unidade familiar baseada no vínculo afetivo; 7) Família Anaparental: refere-se a uma estrutura familiar que não possui parentesco biológico ou legal entre os membros, os vínculos são baseados em afeto, convivência e escolhas pessoais, em vez de relações biológicas ou jurídicas. É um termo utilizado para descrever famílias formadas por laços afetivos e relacionamentos, independentemente de laços de sangue ou adoção; 8) Família Ampliada: Além dos parentes consanguíneos, engloba também amigos próximos que são considerados parte integrante da família. Essas são apenas algumas formas de família, e é importante notar que as estruturas familiares podem evoluir e se adaptar ao longo do tempo, refletindo as mudanças sociais, culturais e individuais.

GOVERNANÇA

A governança entre vários atores sociais, políticos e lideranças é um processo complexo que visa estabelecer estruturas e práticas que permitam uma gestão eficaz, transparente e responsável dos recursos e decisões implementadas e monitoradas que impactam uma organização, instituição ou a sociedade. Trata-se de um conjunto de práticas, políticas e estruturas que buscam garantir a eficácia, a transparência, a responsabilidade e a participação de todos os envolvidos. Envolve a distribuição e o exercício do poder entre os diversos atores sociais, políticos e lideranças. Isso inclui a definição de políticas públicas, a gestão de recursos, a tomada de decisões estratégicas e a prestação de contas à sociedade. A boa governança pressupõe a colaboração e a participação ativa de diferentes partes interessadas, promovendo o diálogo e a inclusão de diferentes perspectivas. Ela também busca assegurar que as decisões tomadas estejam alinhadas com princípios éticos, legais e que atendam aos interesses e necessidades da sociedade como um todo. A governança eficaz muitas vezes envolve a criação de mecanismos de controle e monitoramento, garantindo a prestação de contas e a avaliação contínua do desempenho das políticas e práticas implementadas.

GROUNDING THEORY

A *Grounding Theory*, ou Teoria Fundamentada (tradução livre), é uma abordagem de pesquisa qualitativa desenvolvida pelos sociólogos Barney Glaser e Anselm Strauss na década de 1960. Esta metodologia tem como objetivo desenvolver teorias a partir dos dados coletados em estudos de campo, em vez de começar com hipóteses ou teorias preconcebidas. A principal ideia por trás da *Grounding Theory* é que as teorias emergem dos próprios dados, de forma "emergente" ou "indutiva". Em vez de testar uma hipótese ou teoria existente, os pesquisadores começam observando, coletando e analisando dados de forma aberta e sem preconceitos. A partir dessa análise, padrões, conceitos e categorias são desenvolvidos. Esses conceitos emergentes são então relacionados uns aos outros em um processo iterativo, que eventualmente leva ao desenvolvimento de uma teoria que está "fundamentada" nos dados. A seleção da amostra é flexível, havendo a necessidade de entrevistar outros sujeitos, além do previsto. Existem algumas características da *Grounding Theory*: Indutiva: As teorias são desenvolvidas a partir dos dados, não de uma teoria pré-existente; Construtivista: Reconhece que os pesquisadores não são totalmente objetivos e que suas experiências e perspectivas influenciam a análise; Constante Comparação: Os dados são continuamente comparados entre si para identificar padrões e relações; Teoria emergente: A teoria é construída ao longo do processo de pesquisa, em vez de ser estabelecida de antemão; Uso de Códigos e Categorias: Os pesquisadores identificam códigos (unidades de análise) e categorias para organizar os dados; e Pesquisa Multifásica: O processo de coleta e análise de dados é iterativo e contínuo. Ao final do processo, uma *Grounding Theory* bem desenvolvida fornece uma explicação teórica detalhada e fundamentada nos dados sobre um fenômeno estudado, contribuindo para a compreensão e explicação desse fenômeno na prática. É uma abordagem amplamente utilizada em diversas áreas das ciências sociais, como sociologia, psicologia, educação e saúde.

GRUPOS FOCAIS

Grupos focais, também conhecidos como *focus groups*, são uma técnica qualitativa de pesquisa utilizada para obter insights aprofundados sobre as experiências, percepções, opiniões, atitudes, expectativas de um grupo específico de pessoas em relação a um determinado tópico, promovendo uma abordagem mais holística e qualitativa na coleta e análise de dados. Esses grupos são compostos por participantes selecionados que representam o público-alvo da pesquisa. Durante as sessões de grupo, um moderador conduz discussões estruturadas para explorar questões-chave e obter uma compreensão mais profunda das experiências e perspectivas dos participantes. Os grupos focais são frequentemente utilizados em estudos de mercado, ciências sociais, saúde e outras áreas, proporcionando informações valiosas que podem orientar o desenvolvimento de produtos, políticas e estratégias de comunicação. O processo geralmente envolve a reunião de um pequeno grupo de participantes (geralmente de 6 a 12 pessoas) em uma sessão de discussão moderada por um facilitador. O facilitador utiliza perguntas abertas e estimula a interação entre os

participantes, promovendo a troca de ideias e experiências. O objetivo é explorar as diferentes visões e percepções do grupo sobre o assunto em questão. Os grupos focais são particularmente valiosos para coletar dados qualitativos, permitindo que os pesquisadores captem insights profundos e nuances que podem não ser facilmente obtidos por meio de métodos quantitativos. Além disso, essa abordagem possibilita a observação das dinâmicas sociais dentro do grupo, contribuindo para uma compreensão mais abrangente do fenômeno estudado. Ao analisar os dados dos grupos focais, os pesquisadores buscam identificar padrões, temas emergentes e divergências nas respostas dos participantes. Essas informações qualitativas podem enriquecer estudos mais amplos, fornecendo uma compreensão mais rica e contextualizada do fenômeno investigado. Essa abordagem permite a interação entre os participantes, gerando insights ricos e qualitativos que podem complementar dados quantitativos em uma pesquisa.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida estatística que avalia o desenvolvimento humano de um país, levando em consideração fatores como a expectativa de vida, o acesso à educação e o padrão de vida. Foi criado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq e pelo economista indiano Amartya Sen, e é utilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para classificar os países de acordo com seu nível de desenvolvimento. O IDH é uma ferramenta importante para avaliar o progresso socioeconômico e o bem-estar das populações, fornecendo uma visão mais abrangente do desenvolvimento, para além de simples indicadores econômicos. Ele classifica os países e regiões em diferentes categorias, como baixo, médio, alto ou muito alto desenvolvimento humano. O IDH varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1, maior é o desenvolvimento humano do país. Este índice é uma ferramenta importante para comparar o progresso social e econômico entre diferentes regiões e para orientar políticas públicas voltadas para o desenvolvimento humano.

INCENTIVO

Incentivo, conceitualmente, refere-se a estímulos, encorajamentos ou motivações que são oferecidos para promover a realização de determinadas ações, comportamentos ou objetivos. Esses estímulos podem ser de natureza variada e incluir recompensas tangíveis ou intangíveis, como prêmios, reconhecimento, benefícios financeiros, entre outros. O objetivo do incentivo é impulsionar e fortalecer a motivação das pessoas, organizações ou grupos para alcançar metas específicas, melhorar o desempenho ou promover determinados comportamentos desejados. O conceito de incentivo está relacionado à ideia de criar condições favoráveis que estimulem e recompensem o esforço e o empenho na busca de objetivos predeterminados. Os incentivos podem assumir diversas formas, tais como incentivos financeiros, reconhecimento público,

oportunidades de desenvolvimento, benefícios tangíveis, entre outros. Eles são frequentemente utilizados em contextos empresariais, educacionais e sociais para impulsionar a produtividade, a inovação, o desempenho educacional, o comportamento positivo, entre outros objetivos. No contexto econômico, os incentivos podem ser oferecidos pelo governo ou por entidades privadas para estimular determinadas atividades econômicas, como investimentos em determinados setores, pesquisa e desenvolvimento, entre outros.

INCLUSÃO SOCIAL SUBALTERNIZADA

A inclusão social, quando subalternizada, refere-se a um processo no qual determinados grupos ou indivíduos são incorporados à sociedade de maneira marginalizada, inferiorizada ou subordinada, como pessoas com deficiência, minorias étnicas, LGBTQ+, entre outros, na sociedade. Isso significa que, embora haja uma aparente participação na sociedade, essa participação é muitas vezes limitada, desvalorizada ou condicionada por estruturas de poder, discriminação e desigualdade. A subalternidade envolve a condição de grupos que são subjugados, silenciados e muitas vezes invisíveis dentro da estrutura social dominante. Quando aplicada ao contexto da inclusão social, a ideia é que, mesmo quando há esforços para promover a inclusão, certos grupos ainda podem ser subalternizados, ou seja, colocados em uma posição inferior, com acesso limitado a oportunidades e recursos. Certos grupos, são subalternizados não apenas devido a fatores econômicos, mas também devido a questões culturais, políticas e históricas e são sistematicamente colocados em posições sociais inferiores, enfrentando obstáculos que dificultam a plena participação na sociedade. Esses obstáculos podem incluir discriminação racial, étnica, de gênero, socioeconômica ou qualquer outra forma de exclusão social. A subalternização na inclusão social pode ser analisada sob diferentes perspectivas teóricas, como a teoria crítica, os estudos pós-coloniais e a teoria feminista, que buscam compreender as dinâmicas de poder que perpetuam a marginalização de certos grupos. Essas abordagens destacam a importância de questionar estruturas sociais e promover a equidade para alcançar uma verdadeira inclusão social, na qual todos os membros da sociedade possam participar de maneira justa e igualitária.

INQUIETUDES/PREOCUPAÇÕES

Inquietudes ou preocupações referem-se a pensamentos, sentimentos ou emoções de inquietação, ansiedade ou desconforto em relação a algo que nos preocupa. Essas preocupações podem estar relacionadas a questões pessoais, profissionais, sociais ou emocionais. As inquietudes podem surgir devido às incertezas, medos, dúvidas ou expectativas não atendidas. Inquietudes e preocupações são termos que se referem a sentimentos ou pensamentos relacionados a ansiedades, incertezas ou apreensões sobre eventos futuros. Conceitualmente, "inquietudes" pode envolver um estado de agitação mental, enquanto "preocupações" geralmente está associado a pensamentos persistentes sobre possíveis problemas, desafios ou ameaças. Ambos os termos estão ligados à esfera emocional e cognitiva, refletindo a atenção e energia mental dedicadas a

antecipar ou lidar com situações que podem causar desconforto, nervosismo ou stress. Esses sentimentos são parte integrante da experiência humana e podem variar em intensidade e natureza dependendo da situação específica.

INSTITUIÇÃO

A instituição, na teoria institucionalista, refere-se a um conjunto de regras, normas, valores e práticas que são estabelecidos e seguidos por membros de uma sociedade ou organização. Essas instituições moldam o comportamento humano, influenciam as interações sociais e fornecem a estrutura para a vida em sociedade. Elas podem incluir instituições formais, como leis e governos, bem como instituições informais, como normas culturais e tradições. Na teoria institucionalista, as instituições são vistas como fundamentais para entender como as organizações funcionam e como a mudança organizacional ocorre. Elas também desempenham um papel crucial na estabilidade e no desenvolvimento das sociedades. A análise das instituições é essencial para compreender as dinâmicas sociais, políticas e econômicas. O termo "instituição" refere-se a padrões estabelecidos de comportamento, normas, regras, e estruturas que governam a interação humana em diferentes contextos. Uma instituição pode ser entendida como um conjunto de práticas, valores, crenças e normas compartilhadas por membros de uma determinada comunidade ou sociedade. Esses elementos institucionais não apenas moldam o comportamento individual, mas também influenciam a forma como as organizações funcionam e se desenvolvem. As instituições são consideradas fundamentais para a estabilidade social e organizacional, fornecendo estruturas que orientam as interações entre os membros de uma comunidade. No âmbito da teoria institucional, o estudo das instituições busca compreender como elas emergem, evoluem e impactam o comportamento humano e organizacional. A dinâmica institucional influencia a forma como as organizações respondem a mudanças, se adaptam às novas circunstâncias e legitimam suas práticas perante a sociedade em que estão inseridas.

INVISIBILIDADE SOCIAL

A invisibilidade social é um fenômeno que ocorre quando certos grupos ou indivíduos são ignorados, negligenciados ou subestimados pela sociedade em geral. Isso pode acontecer devido a vários fatores, como classe social, raça, gênero, orientação sexual, idade ou deficiência. Essa invisibilidade pode ocorrer devido a diversos fatores, como preconceitos, estigmatização, discriminação ou falta de representação adequada. Indivíduos ou comunidades socialmente invisíveis muitas vezes enfrentam desafios para terem suas vozes ou necessidades reconhecidas, o que pode resultar em exclusão social ou inclusão social subalternizada, falta de acesso a recursos e oportunidades, e dificuldades em participar plenamente na sociedade. O conceito destaca a importância de conscientização e ação para combater as formas de marginalização e promover a inclusão e a igualdade social.

JUVENTUDE

A juventude refere-se a um período específico na vida das pessoas, geralmente entre a adolescência e o início da vida adulta. Esse período é marcado por características distintas, como a busca por identidade, a formação de valores, a inserção no mercado de trabalho e o desenvolvimento de relações sociais. A juventude é um período da vida caracterizado por transições e transformações físicas, psicológicas, emocionais e sociais. É uma fase de descobertas, formação de identidade e busca por autonomia. A definição de juventude pode variar de acordo com os critérios adotados em pesquisas e levantamentos estatísticos. Em muitos casos, o IBGE considera como jovens as pessoas que se encontram na faixa etária entre 15 e 29 anos. Essa delimitação leva em conta não apenas a idade, mas também a transição para a vida adulta em termos de responsabilidades e participação ativa na sociedade. Essa definição estatística é importante para a elaboração de políticas públicas e para a compreensão dos desafios e oportunidades que essa parcela da população enfrenta. A juventude é um período crucial na formação de indivíduos e na construção da sociedade.

MAPEAMENTO

O termo "mapeamento" em pesquisa se refere ao processo de identificar, localizar e registrar informações relevantes sobre um determinado tema, questão ou área de estudo. O mapeamento em uma pesquisa pode envolver a identificação de fontes de dados, a análise de literatura existente, a coleta de informações relevantes e a organização desses dados de forma a criar uma visão abrangente e estruturada do assunto em questão. O objetivo do mapeamento em uma pesquisa é fornecer uma base sólida de conhecimento e compreensão para orientar o desenvolvimento e a realização do estudo. Este processo pode ajudar os pesquisadores a identificar lacunas no conhecimento existente, a definir o escopo da pesquisa e a fundamentar suas descobertas em uma base sólida de evidências. O mapeamento pode assumir diferentes formas, dependendo do contexto da pesquisa. Pode se referir à criação de mapas geográficos para representar distribuições geográficas de variáveis, ou então, no contexto de estudos mais amplos, envolver a elaboração de diagramas, gráficos ou matrizes que evidenciem relações, conexões ou características específicas do objeto de estudo. O conceito de mapeamento em uma pesquisa abrange a representação visual e organizada de dados, fenômenos ou informações, proporcionando uma compreensão mais aprofundada e eficaz do que está sendo investigado.

MERCADO DE TRABALHO

Refere-se ao ambiente em que ocorre a oferta e a demanda de mão de obra. Ele abrange todos os setores nos quais as pessoas podem encontrar emprego, seja por meio de contratação formal, trabalho autônomo ou empreendedorismo. O mercado de trabalho inclui diferentes setores da economia, como indústria, comércio, serviços, agricultura, entre outros. Nesse contexto, fatores como oferta e procura de profissionais, salários, condições de trabalho, oportunidades de carreira e qualificações necessárias desempenham um papel crucial. As tendências do mercado de trabalho podem ser influenciadas por diversos fatores, como mudanças na economia, avanços tecnológicos, políticas

governamentais e demandas do consumidor. O mercado de trabalho é o espaço onde ocorre a interação entre empregadores e trabalhadores, determinando as condições e os termos sob os quais as pessoas são contratadas para desempenhar suas funções profissionais. Nesse contexto, os empregadores buscam contratar profissionais com as habilidades e qualificações necessárias para atender às necessidades de suas empresas, enquanto os trabalhadores procuram oportunidades de emprego que correspondam às suas competências e expectativas. O mercado de trabalho também é influenciado por fatores econômicos, políticos e sociais, que podem afetar a disponibilidade de empregos, os salários oferecidos e as condições de trabalho. Além disso, as tendências tecnológicas e as mudanças no mercado global também desempenham um papel significativo na dinâmica do mercado de trabalho.

METODOLOGIA PHOTOVOICE

A metodologia Photovoice é uma abordagem de pesquisa que combina fotografia e narrativa para capacitar os participantes a documentar e compartilhar suas experiências e perspectivas. Originada na área da saúde pública, essa metodologia tem sido amplamente utilizada em diversas disciplinas, como sociologia, antropologia e educação. Os participantes são encorajados a capturar imagens que representem questões relevantes para a pesquisa e, em seguida, discuti-las em grupo, gerando reflexões e insights. O Photovoice visa amplificar as vozes das comunidades e promover a conscientização sobre questões sociais, permitindo que os participantes sejam capazes de refletir a sua realidade e serem agentes de mudança. Essa abordagem qualitativa oferece uma maneira inovadora de explorar e comunicar experiências, desafios e aspirações de grupos marginalizados ou sub-representados. Desenvolvida na década de 1990, a metodologia destaca-se por envolver os participantes ativamente no processo de pesquisa, permitindo-lhes expressar suas experiências e perspectivas por meio de fotografias. O termo "Photovoice" é uma combinação de "foto" e "voz", refletindo a essência da abordagem, que busca dar voz aos participantes por meio da fotografia. No cerne dessa metodologia, os participantes são equipados com câmeras fotográficas e são encorajados a capturar imagens que representem suas vivências, desafios, e visões de mundo. Essas fotografias são posteriormente utilizadas como instrumentos de diálogo e reflexão, permitindo que os participantes compartilhem suas narrativas de uma maneira visual e poderosa. O processo do Photovoice geralmente envolve várias etapas, como a identificação de temas relevantes, a seleção e produção das fotografias, e a análise coletiva das imagens. Durante as discussões em grupo, os participantes têm a oportunidade de narrar as histórias por trás de suas fotografias, facilitando a compreensão mais profunda de suas experiências. Essa abordagem centrada no participante promove a autenticidade e a representatividade, dando destaque às vozes muitas vezes marginalizadas ou negligenciadas. A Metodologia Photovoice tem sido aplicada em uma variedade de contextos, como pesquisa comunitária, promoção da saúde, e *advocacy* social. Além de fornecer insights valiosos para os pesquisadores, essa abordagem também capacita os participantes, estimulando a reflexão crítica e promovendo mudanças sociais positivas. Ao destacar as experiências individuais por meio da linguagem visual, o Photovoice emerge como uma ferramenta poderosa para

explorar complexidades sociais e contribuir para a construção de conhecimento colaborativo e inclusivo.

MIDDLE RANGE THEORY

A teoria de alcance médio (*middle range theory*) é um conceito importante na pesquisa científica, especialmente nas áreas das ciências sociais e da saúde. Ela se refere a teorias que se situam entre a abstração excessiva das teorias de grande alcance e a especificidade das teorias de alcance limitado. Ao contrário de teorias de nível mais alto, que buscam explicar fenômenos amplos e abstratos, as teorias de nível médio são mais específicas e focadas em fenômenos particulares. Elas ajudam a construir pontes entre observações concretas e teorias mais amplas, proporcionando um quadro conceitual mais acessível para entender e explicar fenômenos específicos. Essas teorias são fundamentais para a construção de conhecimento e para a formulação de hipóteses testáveis, pois permitem a conexão entre observações empíricas e conceitos mais amplos. Além disso, contribuem para o desenvolvimento de intervenções e políticas públicas mais direcionadas e eficazes. A teoria de alcance médio desempenha um papel crucial na pesquisa, fornecendo um equilíbrio entre generalidade e especificidade na explicação dos fenômenos estudados. Desenvolvida pelo sociólogo norte-americano Robert K. Merton, a ideia é criar modelos explicativos específicos para fenômenos observáveis e mensuráveis em um nível intermediário entre teorias abrangentes e observações empíricas. Ao elaborar uma pesquisa usando a *middle range theory* é fundamental identificar um fenômeno específico e, em seguida, desenvolver uma teoria que possa explicar esse fenômeno em um nível intermediário. Essa abordagem contribui para a construção gradual e incremental do conhecimento científico, promovendo uma compreensão mais profunda e precisa dos fenômenos estudados.

MUNDO DO TRABALHO

O "mundo do trabalho" refere-se ao ambiente e contexto em que as atividades laborais e profissionais ocorrem. Este termo abrange uma ampla gama de elementos, incluindo as relações de trabalho, as práticas de emprego, as condições de trabalho, as políticas trabalhistas e as dinâmicas sociais relacionadas ao trabalho. As pessoas participam em diversas atividades econômicas, contribuindo para a produção de bens e serviços. Este ambiente está sujeito a mudanças ao longo do tempo devido a fatores como avanços tecnológicos, transformações econômicas, políticas públicas e mudanças nas expectativas sociais. Aborda questões relacionadas aos direitos dos trabalhadores, à segurança no trabalho, à igualdade de oportunidades, à diversidade no ambiente de trabalho e a outras dimensões sociais que influenciam a experiência profissional das pessoas. No contexto capitalista, o trabalho é visto como uma mercadoria, e os trabalhadores são empregados por empregadores que buscam maximizar seus lucros, caracterizado por diversas dinâmicas, incluindo a divisão entre empregadores (capitalistas) e empregados (trabalhadores assalariados). Os trabalhadores vendem sua força de trabalho

em troca de salários, e os empregadores buscam extrair o máximo de produção possível para obter lucros. O mundo do trabalho envolve também a competição entre empresas e a busca por eficiência na produção. A tecnologia e a automação muitas vezes desempenham um papel significativo nesse ambiente, afetando a natureza do trabalho e exigindo adaptação constante por parte dos trabalhadores. A precarização do trabalho, desigualdades salariais, condições de trabalho e negociações coletivas são aspectos importantes do mundo do trabalho, refletindo as dinâmicas sociais e econômicas inerentes.

PATH DEPENDENCE

A teoria da *Path Dependence*, ou dependência da trajetória histórica, é um conceito utilizado em diversas áreas, como economia, sociologia e história. Essa teoria sugere que as decisões e eventos do passado influenciam e moldam o desenvolvimento futuro de um sistema, organização ou tecnologia. A ideia central é que as escolhas feitas em determinado momento podem criar trajetórias específicas que influenciam e restringem as opções disponíveis no futuro. Ou seja, o caminho tomado anteriormente pode limitar as opções disponíveis no futuro, criando uma trajetória específica que pode ser difícil de mudar. Isso significa que eventos aleatórios ou decisões tomadas no passado podem ter um impacto significativo no presente e no futuro. A teoria da Path Dependence nos ajuda a compreender como certos padrões e instituições se estabelecem e persistem ao longo do tempo, mesmo que possam não ser a opção mais eficiente ou racional no momento atual. Essa teoria sugere que certas trajetórias, uma vez iniciadas, tornam-se auto reforçadoras e difíceis de serem alteradas, mesmo que outras alternativas possam ser mais eficientes ou desejáveis. Isso ocorre porque as decisões passadas estabelecem uma espécie de caminho ou rota, e ao longo desse percurso, as instituições, normas e estruturas são moldadas de maneira a favorecer a continuidade desse caminho. A dependência de caminhos destaca a importância das contingências históricas, mostrando como eventos iniciais podem ter consequências significativas a longo prazo. Isso pode ser observado em diversas áreas, como economia, política, tecnologia e cultura, onde decisões tomadas em um momento específico podem criar inércias que moldam o desenvolvimento futuro. A teoria da Path Dependence nos lembra que o curso dos acontecimentos não é determinado apenas pelas condições presentes, mas também pelas escolhas feitas no passado, que podem estabelecer trajetórias que moldam e limitam as opções futuras.

PERIFERIA

A periferia, do ponto de vista sociológico e político, é um conceito que transcende a mera definição geográfica e se torna um espaço simbólico carregado de significados sociais, econômicos e culturais. Nas grandes cidades brasileiras, a periferia frequentemente é associada a áreas urbanas marginalizadas, caracterizadas por condições socioeconômicas desfavoráveis, carência de infraestrutura básica e acesso limitado a serviços públicos. Sociologicamente, a periferia pode ser compreendida como um *locus* onde se

manifestam desigualdades estruturais, resultantes de políticas públicas historicamente deficientes e da segregação socioeconômica. Essas áreas muitas vezes abrigam populações de baixa renda, minorias étnicas e grupos historicamente marginalizados, enfrentando desafios como a falta de empregos dignos, educação de qualidade e serviços de saúde adequados. No contexto político, a periferia representa um espaço onde as demandas por justiça social e participação cidadã ganham destaque. Movimentos sociais e ativistas frequentemente surgem nessas áreas, buscando a promoção de políticas inclusivas, a ampliação do acesso a direitos básicos e a criação de oportunidades para o desenvolvimento local. Além disso, a periferia também é um terreno fértil para a expressão cultural e artística, dando origem a manifestações únicas que refletem a resiliência e a criatividade das comunidades que a habitam. Portanto, a periferia, do ponto de vista sociológico e político, não é apenas um espaço físico à margem das áreas centrais, mas um conceito complexo que incorpora desafios sociais, lutas por direitos e a riqueza da diversidade cultural. Entender e abordar a periferia implica reconhecer e combater as desigualdades estruturais que a caracterizam, promovendo uma visão mais justa e inclusiva da sociedade. No entanto, a periferia também é um espaço de resistência e resiliência, onde comunidades frequentemente se unem para enfrentar os desafios e buscar soluções para melhorar as condições de vida.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE)

O Plano Nacional de Educação (PNE) é um documento que estabelece metas e diretrizes para o desenvolvimento da educação no Brasil em um período de 10 anos. Ele abrange desde a educação infantil até a pós-graduação, e tem como objetivo promover a melhoria da qualidade da educação em todo o país. O PNE é elaborado pelo governo federal em conjunto com o PNE é elaborado de forma participativa, envolvendo governos, instituições de ensino, sociedade civil e demais partes interessadas tendo o objetivo de orientar as políticas educacionais, buscando melhorias na qualidade da educação em todos os níveis e modalidades. O último PNE foi instituído pela Lei nº 13.005/2014, abrangendo o período de 2014 a 2024. Ele define metas específicas para a expansão e aprimoramento da educação básica, superior, profissional e tecnológica, além de contemplar aspectos como valorização dos profissionais da educação, inclusão e diversidade, entre outros. O PNE é uma ferramenta importante para o planejamento e a implementação de políticas educacionais no país, visando a promoção de uma educação de qualidade e o desenvolvimento pleno dos cidadãos brasileiros.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO

As "Políticas Públicas de Educação" referem-se a ações e estratégias adotadas pelo Estado para planejar, implementar e monitorar as atividades educacionais em uma sociedade. Essas políticas têm como objetivo promover o desenvolvimento e a melhoria do sistema educacional, garantindo o acesso, a qualidade e a equidade na educação para todos os cidadãos. Elas também abrangem a alocação de recursos financeiros, a construção e manutenção de

infraestrutura escolar, e a implementação de programas de alimentação e transporte escolar, devendo abranger uma variedade de áreas, incluindo currículo escolar, financiamento da educação, formação e valorização profissional de professores, infraestrutura escolar, inclusão de grupos vulneráveis, entre outras. O desenvolvimento e a implementação de políticas públicas de educação são fundamentais para moldar o sistema educacional de um país e proporcionar oportunidades educacionais igualitárias, influenciando o desenvolvimento intelectual e social dos cidadãos, bem como a prosperidade econômica e cultural do país.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESTADO

São políticas públicas estruturantes e estáveis estabelecidas constitucionalmente para garantir os direitos dos cidadãos São políticas que transcendem governos específicos e são consideradas de longo prazo, refletindo valores, princípios e objetivos duradouros da sociedade. São menos suscetíveis a mudanças bruscas quando há alternância de poder entre diferentes partidos políticos ou administrações. São consagradas em documentos legais, como constituições, estatutos ou leis fundamentais.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE GOVERNO

As políticas de governo são, comumente, estabelecidas por projetos apresentados por dado candidato ao cargo executivo que, após eleito, buscará implementá-lo, quando, na maioria dos casos, podem ser alteradas ou extintas de acordo com o próximo governo eleito. São políticas implementadas por um governo específico durante o seu mandato, refletindo as prioridades e visões políticas da administração em exercício. Podem ser mais suscetíveis a mudanças quando há uma troca de governo, já que diferentes partidos políticos têm abordagens e agendas distintas. São muitas vezes formuladas em resposta a problemas específicos enfrentados pelo país naquele momento.

PRODUÇÃO DE SENTIDOS

A produção de sentidos refere-se ao processo pelo qual significados são gerados, construídos e atribuídos a partir de informações, experiências e interações, a partir da dialética entre o momento social e o individual, pensamento e emoção, consciência e inconsciente. Esse conceito está relacionado à forma como as pessoas interpretam, compreendem e atribuem significado ao mundo ao seu redor. Envolve a interação complexa entre linguagem, cultura, contexto e experiências individuais. No contexto da linguagem, a produção de sentidos ocorre quando as palavras, frases e expressões são utilizadas para comunicar ideias, sentimentos e informações. Essa produção não se limita apenas ao uso da linguagem verbal, mas também inclui a linguagem não verbal, como gestos, expressões faciais e outros sinais comunicativos. A produção de sentidos é influenciada pelo contexto cultural em que ocorre. Diferentes culturas podem atribuir significados distintos às mesmas palavras ou expressões, levando a interpretações variadas.

PROJETO DE FUTURO DE JOVENS

Pode ser compreendido sob uma perspectiva sociológica como a construção de planos, aspirações e expectativas que os jovens têm em relação ao seu futuro. Essa ideia está intimamente ligada às influências sociais, culturais, econômicas e educacionais que moldam as perspectivas e escolhas dos jovens em uma determinada sociedade. Um projeto de futuro dos jovens pode refletir as oportunidades e desafios que enfrentam em seu ambiente social. Fatores como classe social, gênero, etnia, contexto educacional e estrutura familiar podem desempenhar um papel significativo na formação desses projetos de futuro. Além disso, a sociedade em que os jovens estão inseridos pode influenciar suas ambições e metas. Mudanças econômicas, políticas e culturais têm impacto nas oportunidades disponíveis e nas expectativas que os jovens têm em relação a emprego, educação, relacionamentos e participação cívica e política.

PROGRAMA JOVEM APRENDIZ

A Lei 10.097/00 (Lei da Aprendizagem) e a Lei 11.788/08 (Lei do Estágio) estabeleceram que o aprendiz deve ter entre 14 e 24 anos. O menor aprendiz possui vínculo empregatício, devendo ser registrado em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS). As empresas de médio e grande porte são obrigadas a contratar, no mínimo, 5%, e no máximo, 15% de aprendizes. O salário do Jovem Aprendiz é regulamentado pelas Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), tendo o prazo de contrato de dois anos. O tempo de trabalho do Jovem Aprendiz conta para a aposentadoria. O INSS pode contar o tempo de serviço como jovem aprendi, desde que o programa de aprendizagem o reconheça e comprove devidamente. Isso ocorre porque, durante o período de aprendizado, o jovem tem uma relação de trabalho formal, com registro em carteira e contribuição para o INSS.

PROJETO DE VIDA DE JOVENS

Um “Projeto de Vida de Jovens” envolve a análise das influências sociais e estruturais que moldam as escolhas e trajetórias individuais dos jovens em uma sociedade específica. Pode ser abordado como um termo que se refere ao conjunto de aspirações, metas e escolhas que os jovens fazem em relação ao seu futuro. Esse tema é muitas vezes analisado considerando o contexto social, econômico e cultural em que os jovens estão inseridos. A construção do projeto de vida de jovens é influenciada por diversos fatores sociais, como a classe social, a educação, o ambiente familiar, as oportunidades de emprego, as expectativas culturais e as pressões sociais. Ao compreender o projeto de vida de jovens, busca-se compreender como esses elementos moldam as decisões individuais e coletivas dos jovens em relação ao seu futuro, sendo analisado à luz das instituições sociais, como a escola, a família e o mercado de trabalho, que desempenham papéis significativos na formação das trajetórias de vida dos jovens. Busca-se entender como essas instituições interagem e impactam as escolhas e perspectivas dos jovens.

REDE PÚBLICA DE ENSINO

Refere-se a um sistema educacional mantido e financiado pelo Estado e governos, seja em nível federal, estadual ou municipal. Essa rede engloba escolas e instituições de ensino que oferecem educação básica, como ensino fundamental e médio. O termo destaca a natureza pública das instituições, indicando que são mantidas com recursos públicos e têm como objetivo proporcionar educação acessível a todos, independentemente de condições financeiras. No contexto brasileiro, a Rede Pública de Ensino desempenha um papel fundamental na promoção da igualdade de oportunidades educacionais.

REGIÃO PERIFÉRICA

Região periférica é um termo utilizado para descrever áreas que estão localizadas nos arredores ou nos limites de uma região central ou principal. Essas áreas periféricas geralmente têm menos recursos e infraestrutura do que as áreas centrais, e podem enfrentar desafios como falta de acesso a serviços básicos, empregos e oportunidades de educação. As regiões periféricas também podem enfrentar questões relacionadas à segurança, habitação precária e falta de investimento público. Essa definição pode variar dependendo do contexto em que é utilizada, podendo se referir a áreas urbanas, rurais ou até mesmo a países em relação a centros econômicos globais. Região periférica é caracterizada pela sua posição em relação a uma área central, muitas vezes enfrentando desigualdades e desafios socioeconômicos. Refere-se a áreas que estão localizadas na borda ou nos arredores de um centro mais desenvolvido, seja esse centro uma cidade, um país ou uma região. Essas áreas periféricas muitas vezes têm características socioeconômicas distintas em comparação com o núcleo central. Em termos urbanos, uma região periférica pode ser composta por bairros ou subúrbios afastados do centro da cidade, muitas vezes caracterizados por infraestrutura menos desenvolvida, menor acesso a serviços públicos e oportunidades de emprego limitadas. Nas regiões periféricas de um país, pode-se observar uma menor densidade populacional, recursos naturais menos explorados e um desenvolvimento econômico mais lento. A periferia também pode se manifestar em um contexto global, quando se fala em países periféricos em relação aos países centrais ou desenvolvidos. Países periféricos muitas vezes enfrentam desafios econômicos, sociais e políticos, com menor influência nas dinâmicas globais e dependência de economias mais fortes. Regiões periféricas estão à margem, muitas vezes enfrentando desigualdades e desafios em comparação com o centro mais desenvolvido. Essa noção pode se aplicar a diferentes escalas, desde bairros urbanos, distritos, municípios até países em um contexto global.

REGIÃO SERRANA FLUMINENSE

A Região Serrana Fluminense é uma área geográfica situada no estado do Rio de Janeiro, Brasil, conhecida por suas serras, montanhas e clima ameno. Composta por municípios como Teresópolis, Petrópolis e Nova Friburgo, essa região atrai

muitos visitantes devido às suas belezas naturais, como cachoeiras, trilhas e paisagens exuberantes. A região é marcada por uma topografia montanhosa, com altitudes que proporcionam temperaturas mais amenas em comparação com outras partes do estado. Essa característica faz com que a Região Serrana seja um refúgio agradável para quem busca escapar do calor característico das regiões litorâneas do Rio de Janeiro. A Região Serrana Fluminense é reconhecida por sua rica história e arquitetura, especialmente em municípios como Petrópolis, que abriga o Museu Imperial e diversos palácios e construções que remetem ao período imperial brasileiro. A economia da região é impulsionada pelo turismo, agricultura e indústrias associadas. A produção de flores em Nova Friburgo, por exemplo, é uma atividade econômica significativa. A gastronomia local também é apreciada, com influências das tradições europeias, especialmente da colonização suíça e alemã. A seguir estão alguns municípios e distritos dessa região: i) Nova Friburgo (Distritos: Lumiar, São Pedro da Serra, Mury, Campo do Coelho, Conselheiro Paulino); ii) Teresópolis (Distritos: Comendador Levy Gasparian, Imbiú, Bonsucesso, Venda Nova); iii) Petrópolis (Distritos: Itaipava, Pedro do Rio, Posse, Corrêas); iv) Cachoeiras de Macacu (Distritos: Papucaia, Japuíba, Cachoeiras); São José do Vale do Rio Preto (Distritos: Vila de Ipiabas, Sabugosa); v) Bom Jardim (Distritos: Banquete, São Miguel); vi) Santa Maria Madalena (Distritos: Triunfo, Renascença).

RURAL

Rural é um termo que se refere a tudo o que está relacionado ou pertence ao campo, à zona rural ou ao meio rural. O ambiente rural é marcado por paisagens naturais, vastas extensões de terra, fazendas, sítios e comunidades agrárias. Este conceito está associado à agricultura, pecuária, atividades agroflorestais, entre outras práticas realizadas fora das áreas urbanas. A vida rural muitas vezes é caracterizada pela proximidade com a natureza, pela produção de alimentos e pela preservação do meio ambiente. Além disso, a vida rural pode envolver tradições culturais e sociais específicas, diferentes das encontradas nas áreas urbanas. A importância do meio rural é fundamental para a produção de alimentos, a preservação da biodiversidade e o equilíbrio ambiental, desempenhando um papel essencial na sociedade e na economia. Na essência, a vida rural está associada a um modo de vida mais tranquilo e próximo da natureza, onde as atividades agrícolas desempenham um papel central na subsistência e na economia local. A agricultura, a pecuária e outras práticas relacionadas à terra são fundamentais para a sustentabilidade das comunidades rurais. Além das atividades agrícolas, a vida rural muitas vezes preserva tradições culturais, valores comunitários e um senso de pertencimento. As áreas rurais desempenham um papel crucial na produção de alimentos, fornecendo recursos naturais e contribuindo para a preservação da biodiversidade. É importante notar que o conceito de "rural" não é estático e tem evoluído ao longo do tempo devido às mudanças sociais, econômicas e tecnológicas. Modernizações e migrações podem impactar as características tradicionais do ambiente rural, trazendo novas dinâmicas e desafios para as comunidades rurais. Assim, o termo "rural" não se limita apenas a uma descrição geográfica, mas também abrange aspectos culturais, econômicos e sociais que definem a vida nas áreas afastadas das grandes cidades.

SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

É o conjunto de instituições, políticas, práticas e recursos que compõem o sistema de ensino em um determinado país ou região. Ele engloba desde as leis e regulamentações que regem a educação básica as, universidades, os professores, currículos, materiais didáticos e métodos de ensino. O objetivo do sistema educacional é proporcionar educação de qualidade, acessível e equitativa para todos os cidadãos, preparando-os para a vida em sociedade e para o mercado de trabalho. No Brasil, o sistema educacional é composto por diferentes redes de ensino, como a rede pública e a rede privada, e passou por diversas reformas ao longo dos anos para melhorar a qualidade e a inclusão educacional. A estrutura do sistema educacional brasileiro é definida por duas legislaturas principais: as diretrizes gerais da Constituição Federal de 1988 que determina que a educação básica é um direito de todos os cidadãos; e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei n.º 9.394 de 1996, conhecida como LDB. Essas diretrizes autorizam que as esferas governamentais conduzam e mantenham os programas educacionais, que são pensados a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A BNCC está prevista na LDB como um conjunto de orientações de aprendizagem dos alunos para atingir metas educacionais, para que todos os estudantes tenham acesso ao conhecimento básicos e indispensáveis, independentemente de onde vieram ou suas condições de estudo. Conjuntamente, cabe à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios planejar, financiar, manter e executar políticas de ensino que estejam de acordo com a BNCC, a LDB e as diretrizes constitucionais. Além dessas leis, vários órgãos são responsáveis pelo funcionamento do nosso sistema educacional. A nível federal, são os seguintes: Ministério da Educação (MEC) e Conselho Nacional de Educação (CNE); no âmbito estadual e no Distrito Federal ficam a cargo das seguintes entidades: Secretarias Estaduais de Educação (SEE), Conselhos Estaduais de Educação (CEE) e Delegacias Regionais de Educação (DRE); e em nível municipal, quem coordena a educação são: Secretarias Municipais de Educação (SME); e Conselhos Municipais de Educação (CME).

TERRITÓRIO

O território é um espaço apropriado e apropriável pelas sociedades, visto como uma porção apropriada e apropriável da superfície terrestre. Envolve a construção de relações sociais, políticas e econômicas. O território é uma área delimitada física e politicamente, controlada por um determinado grupo, país, Estado ou comunidade. Está vinculado ao exercício do poder (do Estado, das empresas e demais instituições) e à apropriação do espaço, sobretudo, pelo trabalho, pelas técnicas e pelas tecnologias. Ele possui fronteiras físicas ou políticas e é geralmente associado ao poder e controle exercido sobre essa área. É um conceito mais ligado à soberania, controle político e jurisdicional sobre uma determinada região. O território pode ser físico, como o solo, as águas territoriais e o espaço aéreo, mas também pode incluir elementos como fronteiras, leis e sistemas de governo que estabelecem a autoridade sobre essa área. Associado ao poder e controle sobre a área, o território expressa soberania,

controle político e jurisdicional sobre uma região específica. Possui relações dinâmicas entre os componentes sociais (economia, cultura, instituições e poder) e os elementos materiais e imateriais, vivos e inertes, que são próprios dos territórios onde se habita, se vive e se produz. Portanto, território é construído historicamente e socialmente, por forças econômicas, políticas e culturais, possuindo, portanto, duas dimensões internas de análise indissociáveis: material e imaterial. O território pode ser definido a partir de três ingredientes: as redes, o espaço e o poder, sendo que o exercício do poder não é concebível sem territorialidade. Um território é todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, por relações de poder multidimensionais, como os campos de força econômicos, políticos, culturais. O território é compreendido como um produto histórico, simultaneamente reticular e relacional, envolvendo interações socialmente definidas e processos naturais e sociais. O território apresenta continuidades e descontinuidades e conectados por lugares envolvidos por relações de poder na vida social de um grupo em um local específico. A formação do território resulta das interações entre a paisagem e a vida que a anima, formando um sistema complexo em constante transformação, podendo ser representado por meio de imagens que podem ser compreendidas como paisagens.

TERRITÓRIO LIMÍTROFE

Refere-se a áreas geográficas adjacentes ou próximas a uma fronteira. Essas regiões geralmente compartilham limites com outros territórios, como países, estados, municípios ou regiões. A ênfase está na delimitação física e geográfica das fronteiras. Território limítrofe refere-se a uma área geográfica que faz fronteira com outra região, geralmente de países ou entidades políticas distintas. Esse termo é comumente utilizado para descrever áreas adjacentes a fronteiras nacionais ou territoriais. O território limítrofe é caracterizado pela proximidade física e pela interconexão de questões culturais, econômicas e políticas entre as áreas vizinhas. A delimitação e administração de territórios limítrofes são frequentemente temas sensíveis e complexos, envolvendo negociações entre as partes envolvidas. Disputas territoriais, acordos bilaterais e a definição de limites são aspectos cruciais quando se trata de territórios limítrofes. Além disso, questões como migração, comércio transfronteiriço e gestão de recursos naturais muitas vezes desempenham um papel significativo na dinâmica dessas áreas. No contexto geopolítico, entender o conceito de território limítrofe é essencial para analisar as relações entre regiões vizinhas, compreender os desafios comuns e buscar soluções colaborativas para questões que afetam as regiões fronteiriças. A gestão adequada desses territórios contribui para a estabilidade regional e cooperação das áreas envolvidas.

TERRITÓRIO HÍBRIDO ENTRE O RURAL E URBANO

Pode ser usado para descrever áreas que possuem características mistas, como uma combinação sistêmica de territórios urbanos e rurais. Território híbrido entre o rural e urbano refere-se a áreas que apresentam características tanto de zonas rurais quanto urbanas. Isso pode ocorrer devido à expansão das cidades em direção às áreas rurais, resultando em uma mistura de atividades agrícolas e

urbanas. Essas regiões podem abrigar tanto espaços residenciais quanto atividades agrícolas, comerciais e industriais, criando uma dinâmica única de interação entre o campo e a cidade. Esses territórios híbridos frequentemente desafiam as definições tradicionais de rural e urbano, incorporando elementos de ambos e influenciando a identidade e cultura locais. Eles também levantam questões importantes sobre planejamento urbano, gestão de recursos naturais e preservação da paisagem. O conceito de território híbrido entre o rural e urbano destaca a complexidade das relações entre o espaço rural e urbano, e a necessidade de abordagens integradas.

UNIDADE ESCOLAR

Uma unidade escolar é um local ou organização dedicado ao processo de ensino e aprendizagem. Ela pode incluir um colégio, uma escola, áreas administrativas e outros espaços destinados a facilitar a educação. O principal propósito de uma unidade escolar é fornecer um ambiente propício ao desenvolvimento educacional e pessoal dos estudantes. É importante distinguir o termo "unidade escolar" de outros conceitos relacionados, como "instituição educacional" ou "escola". Enquanto a "unidade escolar" pode se referir a uma unidade específica dentro de uma instituição educacional maior, a "escola" pode abranger todas as unidades escolares que compõem uma única instituição. A distinção entre esses termos pode variar dependendo do contexto educacional específico.

UNIVERSO ESCOLAR

O universo escolar pode ser compreendido como o conjunto complexo de relações, estruturas e dinâmicas que permeiam o ambiente educacional, englobando diversos elementos e contextos ligados ao processo de ensino e aprendizagem e assistência estudantil e às relações e interações entre professores, alunos, pais, comunidade escolar e demais partes interessadas. O universo escolar inclui não apenas as instituições de ensino, como escolas e universidades, mas também os professores, alunos, currículos, métodos pedagógicos, recursos educacionais, políticas educacionais e a interação entre vários elementos. O universo escolar é estudado para entender como as instituições de ensino funcionam, como as relações sociais são estabelecidas dentro desse contexto e como fatores sociais influenciam a educação. Dentro do universo escolar, se examinam questões como a distribuição de recursos educacionais, as relações de poder entre diferentes grupos dentro da escola, a reprodução social por meio da educação, as práticas pedagógicas e as interações sociais entre estudantes, professores e outros membros da comunidade escolar. Permite analisar como as instituições educacionais moldam e são moldadas pelas estruturas sociais mais amplas, como classes sociais, gênero, etnia e outros aspectos da sociedade. O universo escolar é um campo de estudo que busca compreender as dimensões sociais e culturais envolvidas no processo educacional.

URBANO

O termo "urbano" refere-se a características, elementos ou fenômenos relacionados a áreas urbanizadas, ou seja, aquelas que são caracterizadas por uma concentração significativa de edificações, infraestrutura e atividades humanas. O ambiente urbano é comumente associado a cidades e centros urbanos, onde se observa uma densidade populacional mais elevada em comparação com áreas rurais. O conceito de "urbano" vai além da simples presença de construções e inclui aspectos como a diversidade de funções desempenhadas pelos espaços urbanos, a complexidade das relações sociais, culturais e econômicas, bem como a presença de serviços públicos, comércio, indústria e meios de transporte mais desenvolvidos. O termo também pode ser usado para descrever um estilo de vida associado às cidades, marcado por uma maior interconexão, acesso a uma variedade de recursos e oportunidades, bem como uma gama mais ampla de experiências culturais. O ambiente urbano também pode apresentar desafios, como congestionamento, poluição, desigualdades sociais e problemas habitacionais. A gestão eficaz do espaço urbano torna-se, portanto, uma questão crucial para garantir a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável nas cidades.

VERBA PÚBLICA/RECEITA PÚBLICA

Refere-se ao dinheiro ou recursos financeiros arrecadados pelo Estado, por meios das contribuições obrigatórias dos cidadãos e empresas. É o dinheiro que o Estado arrecada para financiar as atividades e serviços públicos em benefício da sociedade, tais como educação; saúde; saneamento básico; infraestrutura; transporte público; segurança pública; assistência social; administração pública e outros equipamentos coletivos. Esses fundos são provenientes dos impostos, taxas, contribuições sociais e outras fontes de receita pública. É importante destacar que receita pública é o dinheiro arrecadado pelo Estado, que dado governo dispõe para manter sua estrutura e oferecer bens e serviços. A destinação e gestão desses recursos são regulamentadas por leis e normas específicas, visando garantir a transparência e a responsabilidade no uso do dinheiro público que beneficiem a sociedade como um todo. O uso adequado e transparente da verba pública é essencial para garantir a eficiência e a responsabilidade na administração dos recursos governamentais.

VULNERABILIDADES (CULTURAIS; ECONÔMICAS E SOCIAIS)

Vulnerabilidade refere-se à condição ou estado de estar suscetível a danos, ataques, ou qualquer forma de ameaça. Pode ser aplicada a diversos contextos, como segurança digital, social, econômica, ambiental, entre outros. A vulnerabilidade indica a fragilidade ou susceptibilidade de um sistema, pessoa, comunidade ou ambiente a situações adversas. É importante notar que essas vulnerabilidades muitas vezes estão interconectadas e podem se sobrepor, contribuindo para um quadro complexo de desafios em uma determinada comunidade ou sociedade. Abordar essas vulnerabilidades requer uma compreensão holística e a implementação de estratégias que abordem os aspectos culturais, econômicos e sociais para promover resiliência e

sustentabilidade. Vulnerabilidades culturais, econômicas e sociais são conceitos que se referem a diferentes aspectos da vida humana, tais como: 1) Vulnerabilidades Culturais: refere-se às fragilidades e desafios enfrentados por grupos e comunidades que estão segregadas e privadas à expressão cultural e aos equipamentos de expressão, manifestação e diálogo cultural e intercultural. Pode incluir a perda de tradições, práticas culturais ameaçadas, ou a falta de preservação do patrimônio cultural. Também pode abordar questões como discriminação cultural, assimilação forçada e o impacto de mudanças externas na identidade cultural; 2) Vulnerabilidades Econômicas: Relaciona-se às fragilidades que uma sociedade ou uma população enfrenta no aspecto econômico. Isso pode incluir a falta de acesso a recursos financeiros, altas taxas de desemprego, instabilidade econômica, pobreza generalizada, e a dependência excessiva de setores vulneráveis da economia. 3) Vulnerabilidades Sociais: diz respeito às fraquezas e desafios em relação às relações sociais e estruturas sociais. Pode abranger áreas como desigualdade social, discriminação, falta de acesso a serviços básicos (saúde, educação, moradia), exclusão social, e a ausência de redes de apoio para grupos marginalizados.

Vulnerabilidades Socioeconômicas: Referem-se às condições de risco social, precarização e fragilidade enfrentadas por indivíduos ou grupos devido a desigualdades econômicas e sociais. Essas vulnerabilidades podem ser exacerbadas por falta de acesso a recursos básicos como moradia adequada, emprego digno, alimentação adequada, serviços de saúde e segurança. Fatores como pobreza, desemprego, discriminação racial e disparidades de gênero contribuem para a criação e perpetuação dessas vulnerabilidades, que também podem ser vistas como. Exemplos de indicadores: i) renda e emprego: taxa de desemprego, percentual da população vivendo abaixo da linha da pobreza, disparidades salariais entre grupos sociais; ii) acesso a serviços básicos: porcentagem de pessoas sem acesso a água potável, eletricidade, saneamento básico, e saúde adequada; iii) condições de moradia: número de pessoas vivendo em habitações precárias ou sem moradia adequada; iv) segurança alimentar: percentual de pessoas com insegurança alimentar, acesso a alimentos nutritivos e adequados; v) segurança pública: taxa de violência em áreas de baixa renda.

Vulnerabilidades Educacionais: Dizem respeito aos obstáculos que impedem o acesso igualitário e efetivo à educação de qualidade. Estas podem incluir a falta de infraestrutura escolar adequada, recursos didáticos insuficientes, desigualdades regionais, barreiras linguísticas, dificuldades de aprendizagem não diagnosticadas, entre outros. Tais vulnerabilidades podem resultar em taxas de abandono e evasão escolar elevadas, baixo desempenho acadêmico e limitações no desenvolvimento pessoal e profissional dos indivíduos. Exemplo de indicadores: i) acesso à educação: taxa de matrícula escolar, taxa de abandono e evasão escolar, número de crianças fora da escola; ii) qualidade da educação: nível de aprendizado alcançado, infraestrutura escolar, qualificação dos professores; iii) equidade educacional: disparidades regionais no acesso e qualidade da educação, diferenças na qualidade de educação entre escolas públicas e privadas; iv) apoio educacional: disponibilidade de recursos educacionais, como bibliotecas, laboratórios e tecnologia educacional; v) barreiras específicas: dificuldades de aprendizagem

não diagnosticadas, barreiras linguísticas, falta de suporte para alunos com necessidades especiais.

Vulnerabilidades Culturais: Referem-se às situações em que determinados grupos estão segregados territorial e culturalmente, os limitando ao acesso a bens e serviços culturais à valorização de sua identidade e expressão cultural, bem como os privando ao acesso à equipamentos culturais de valorização da diversidade cultural e da promoção do diálogo intercultural, em todas as dimensões e expressões culturais e artísticas. Exemplos de indicadores: i) acesso a equipamentos culturais: número de equipamento culturais disponíveis no território, como centros culturais, bibliotecas, cinema, teatro, museus etc; ii) discriminação e preconceito: número de incidentes de discriminação racial, étnica, linguística ou religiosa; iii) perda de identidade cultural: declínio no uso de línguas minoritárias ou práticas culturais sendo marginalizadas ou esquecidas; iv) exclusão social: taxas de participação cívica e política de grupos minoritários, representação em instituições culturais e artísticas; v) conflitos culturais: tensões ou conflitos entre grupos culturais devido a diferenças percebidas.